

TERRITÓRIOS VIVIDOS: EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS DO GRUPO DE PESQUISA MOVIMENTOS SOCIAIS E ESPAÇO URBANO NO PROCESSO ENSINAR-APRENDER

Rogério Luiz Souto Cavalcanti
cavalcanti_rg@yahoo.com.br¹

Diana Carolina Gómez Bautista
dianacaro.gomez@gmail.com²

Ítalo César de Moura Soeiro
italosoeiro@gmail.com³

Resumo

A produção do espaço, nas cidades brasileiras, está moderada na subordinação de classes e nos interesses hegemônicos, evidenciando-se os modelos de intervenções urbanas pautados em projetos, nos quais os interesses privados são superiores aos públicos. Assim, por meio de atividades de reflexão crítica ao modelo de cidade, o Grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) propõe atividades junto aos territórios vividos, a partir da execução de atividades de assessoria fundamentadas em práticas dialógicas e libertadoras dentro e fora da Universidade. Como procedimentos metodológicos, o artigo baseou-se em pesquisa bibliográfica, atividades de promoção e trocas de experiências (ensinar-aprender) em sala de aula junto aos estudantes do 'Vestibular Solidário' da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O trabalho apresentará temáticas fundamentais para o debate contemporâneo dos espaços urbanos brasileiros, em especial, na cidade do Recife/PE.

Palavras-chave: Direito à cidade, territórios vividos, práticas educativas.

Introdução

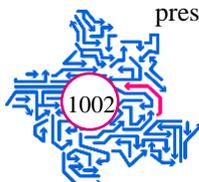
Em meio à efervescência de discussões sobre os espaços urbanos⁴ no Brasil e, em particular, na Região Metropolitana do Recife/Pernambuco (RMR/PE), diversas temáticas a

¹ Geógrafo, mestre em Desenvolvimento Urbano pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (MDU/UFPE), professor de Geografia da Rede Particular de Ensino na Cidade do Recife, Pernambuco e membro do Grupo de pesquisa Movimento Sociais e Espaço Urbano (MSEU).

² Assistente Social pela Universidade Industrial de Santander (Colômbia), doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Pernambuco (PRODEMA/UFPE) e membro do Grupo de pesquisa MSEU.

³ Geógrafo, mestrando em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Programa de Pós-graduação PRODEMA/UFPE e membro do Grupo de pesquisa MSEU.

⁴ Não é nossa intenção fazer uma enfadonha lista de intervenções urbanas no Brasil que intensificam os debates políticos sobre a cidade, mas é importante frisar os recentes acontecimentos na cidade do Recife quando a presente dissertação estava sendo construída: *Projeto Novo Recife, Preservação do Edifício Caiçara,*



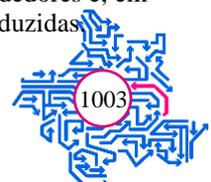
respeito do direito à cidade e aos modelos de intervenções urbanas pautados em projetos de interesse público ou privado – mesmo compreendendo que os interesses privados sejam superiores aos públicos (relacionados ao bem-estar social e a valorização do *espaço do cidadão*) – bem como seus possíveis impactos, irregularidades e soluções (socioeconômicos, paisagísticos, ambientais, afetivos, históricos, entre outros) são promovidos por diversos grupos sociais.

Porém, a busca por diálogos e por respostas plurais e consensuais torna-se uma tarefa difícil, em virtude das múltiplas demandas e interesses dos agentes socioespaciais que atuam nos espaços urbanos onde tais intervenções são operacionalizadas.

Diante da expansão da cidade, que se encontra marcada e materializada por intervenções subordinadas aos encantos do capital (imobiliário, industrial, financeiro etc.), a multiplicação dessas experiências urbanas evidencia as estratégias, os interesses, as expectativas e as tendências de transformações dos espaços intraurbanos, que, muitas vezes, difundem a (re)produção das formas urbanas, verticalizadas, fragmentadas e segregadoras, revelando seus problemas. Como se refere Seixas (2014), as transformações decorrentes, a partir da segunda década do século XX, tornaram-se fascinantes e perturbadoras, em virtude das formas e dos impactos diretos nas vidas dos indivíduos e das cidades.

Partindo da ideia de que as práticas sociais acontecem de maneira cada vez mais difusa no espaço, uma vez que a dinâmica do acontecer social acha-se descentralizada, reconhecemos que a Universidade deve acompanhar essa tendência, extrapolando suas fronteiras acadêmicas. Isso com a finalidade precípua de penetrar cada vez mais nos territórios, considerando suas dimensões *técnica* e *psicosférica* como totalidades complexas em permanente processo de movimento em algum sentido de vida das pessoas que, há quinhentos anos, sempre estiveram alijadas do processo de formação territorial no Brasil, combatendo o processo atual de consolidação do processo de produção de espaços alienados pela lógica técnica instrumental capitalista neoliberal.

Ampliação do Terminal Integrado de Passageiros Joana Bezerra, Polo Jurídico (bairro do Coque), Via Mangue, Shopping Rio Mar, Projeto da Avenida Beira Rio (bairro das Graças), Arena Sport Clube, Templo de Assembleia de Deus etc. que chamam atenção pelo processo homogêneo de atuação dos empreendedores e, em alguns casos, a omissão do poder público de como as intervenções destacadas foram ou serão conduzidas.



Diante do exposto, o Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Espaço⁵ (MSEU) propõe o desenvolvimento de atividades junto aos territórios vividos, a partir da execução de atividades de assessoria fundamentadas em práticas dialógicas e libertadoras, entre as quais estão as ações pedagógicas, dentro e fora da Universidade. Isso porque, segundo Paulo Freire (1996), a prática educativa não deve assumir o papel de transferência de conhecimento, mas tornar possível uma construção crítica a partir da troca de experiências em o educador e os educandos. Ainda de acordo com Freire (1996, p. 24):

Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade.

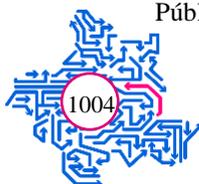
Segundo Sen (2010, p. 47):

O propósito da educação não é somente o de informar uma criança sobre culturas diferentes no mundo (inclusive a cultura à qual sua família possa, de um modo ou de outro, pertencer), mas também para ajudar a cultivar o uso da razão e o exercício da liberdade mais tarde na vida.

Nessa perspectiva e com base nas experiências compartilhadas pelos membros do MSEU, foram propostos quatro eixos temáticos com objetivos e procedimentos metodológicos distintos, apesar da utilização de técnicas de ação similares, visando a promoção de atividades e trocas de experiências *ensinar-aprender*, em sala de aula, junto aos estudantes do *Vestibular Solidário*⁶ da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) de diferentes territórios vividos da RMR/PE, que constantemente são alvos de “projetos urbanísticos de caráter higienista voltados à realização de interesses alheios à sua existência, promotores de processos nítidos de gentrificação” (CASTILHO, 2016, p. 22).

⁵ Cujo os objetivos são: elucidar o papel de movimentos sociais no processo de produção de espaços ao exercício da cidadania, garantidores da participação concreta dos sujeitos envolvidos na gestão e no planejamento dos seus territórios vividos (na cidade e no campo); de modo criativo e inovador, rumo a uma lógica diferente de produção de espaços que não valorize apenas os interesses mercadológicos. Dar visibilidade aos "sistemas de ações" dos sujeitos oriundos de lugares pobres que atua(ra)m nesse sentido. Revalorizar o papel desempenhado pelos movimentos sociais no processo permanente de conquistas do "espaço do cidadão", destacando o que já se tem feito no âmbito da consolidação da justiça territorial. Promover discussões e debates, junto com os sujeitos dessas ações (através de oficinas comunicacionais), sobre possibilidades concretas de articulação entre as diversas experiências de organização e mobilização territorial, cujas ações conjuntas e indissociáveis em sua complexidade e totalidade, podem apontar, mediante "políticas de escalas", para perspectivas concretas da conquista (interrompida) do "direito à cidade", visando à promoção do desenvolvimento socioespacial. (MSEU, disponível em: <<https://www.ufpe.br/mseu/index.php>>, acesso em: julho 2016)

⁶ Vinculado ao Projeto de Extensão da Universidade Federal de Pernambuco, que tem como objetivo auxiliar os estudantes de escolas públicas e bolsistas rede privada na preparação para o ingresso nas Universidades Públicas e outras Instituições de Ensino Superior.



Assim, os eixos temáticos debatidos entre os estudantes foram: (1) Cidade: espaço de contradições entre capital e trabalho; (2) Discurso único e tentativas de homogeneização da Cidade-Empresa: “lógica do mercado” frente à “lógica da vida humana” no âmbito da situação de uma “guerra urbana”; (3) Possibilidades de Vencer a “Guerra Urbana”; e (4) Direito à Cidade: “Cidade como Lugar de Encontros”.

Contudo, sendo as práticas educativas um processo contínuo, o Grupo de Pesquisa MSEU apresentará em suas primeiras aproximações com os estudantes, duas temáticas fundamentais para o debate contemporâneo dos espaços urbanos brasileiros, em especial, na cidade do Recife/PE. Para tanto, foram discutidas as duas primeiras (1 e 2) temáticas descritas com a finalidade de realizar uma aproximação dialógica dos facilitadores com os sujeitos dos territórios vividos, ou seja, os estudantes e reconhecer suas identidades culturais no espaço, o que Paulo Freire (1996) contextualiza como apreender a realidade dos educandos. Também, o trabalho faz menção a outras atividades educativas desenvolvidas pelo Grupo MSEU, que fazem parte da promoção de discussões e debates relacionados às diversas experiências com movimentos sociais e produção do espaço urbano.

Portanto, o presente artigo apresenta como objetivo primordial o de compartilhar uma das experiências/prática pedagógica realizada pelo Grupo MSEU junto a estudantes de territórios vividos da RMR/PE que assistem, de maneira participativa e crítica, às aulas do Vestibular Solidário ministrados por estudantes de licenciaturas da UFPE. E, como tal, “sensibilizá-los para adquirirem interesse visando à busca permanente de refletir sobre as ações criativas de mudança dos seus territórios de existência” (CASTILHO, 2015, p. 12). Dessa forma, a prática educativa exposta, nas linhas a seguir, deve ser compreendida como uma forte vinculação coletiva entre os integrantes do Grupo MSEU e os estudantes do Vestibular Solidário, pois a aproximação e os aprendizados estabelecidos ampliam os horizontes geográficos dos envolvidos sobre a temática urbana.

Cidade: espaço de contradições entre capital e trabalho

As cidades brasileiras, locais marcados por contradições paisagísticas, sociais e econômicas, vivenciam intensos períodos de transformações em sua estrutura urbana, mediante a apropriação de partes urbanas pelo capital financeiro e imobiliário que busca, a partir da mercantilização dos espaços urbanos, por volumosos lucros. Para que a discussão sobre as transformações, na estrutura dos espaços urbanos, tenha fundamentação, que aliás



contribui para as formações de espaços contraditórios, inicialmente temos que demarcar conceitualmente sobre o que queremos tratar sobre a atuação do capital, materializada especialmente pelo capital imobiliário, e as formas de trabalho, compreendidas como o processo de apropriação do homem sobre a natureza nos espaços urbanos.

Haveremos de considerar o fato de que a atuação do capital não está, de forma alguma, dissociada ao trabalho, uma vez que a (re)produção contraditória dos espaços urbanos emerge da apropriação, em várias dimensões, desses espaços. Segundo Carlos (2012), as relações de trabalho, pautadas entre a sociedade e natureza, fundamentam a compreensão de outras conexões sociais, políticas culturais etc. que envolvem um modo de vida dos sujeitos atuantes nos espaços urbanos. Harvey (2005), ao abordar as transformações nas formas de governança urbana mediante as condições e as circunstâncias da acumulação do capital, exhibe que o processo de (re)construção da cidade passa por mudanças na forma de governar e, ao mesmo tempo, de empreender, o que resulta em contradições e em conflitos em nome do desenvolvimento urbano.

Tomando como base tais embasamentos teóricos, o primeiro eixo da prática educativa teve início com uma provocação aos estudantes dos territórios vividos, ao exhibir duas áreas que sofreram transformações urbanas ao longo do espaço-tempo, assim, a figura 1 apresenta a Comunidade Ribeirinha Arlindo Gouveia (palafitas), localizada às margens de um trecho do Rio Capibaribe, meados de 2003 e a sua posterior retirada, gerando transformações do espaço que no ano de 2013 se materializam na construção de prédios valorizados na mesma área. Desse modo, ao provocá-los, os estudantes perceberam que as operações urbanas acontecem nos espaços urbanos para atender às necessidades de uma pequena porção da sociedade, neste caso, aos interesses capitalistas e das elites.

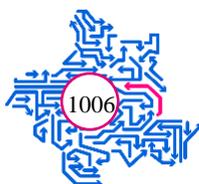
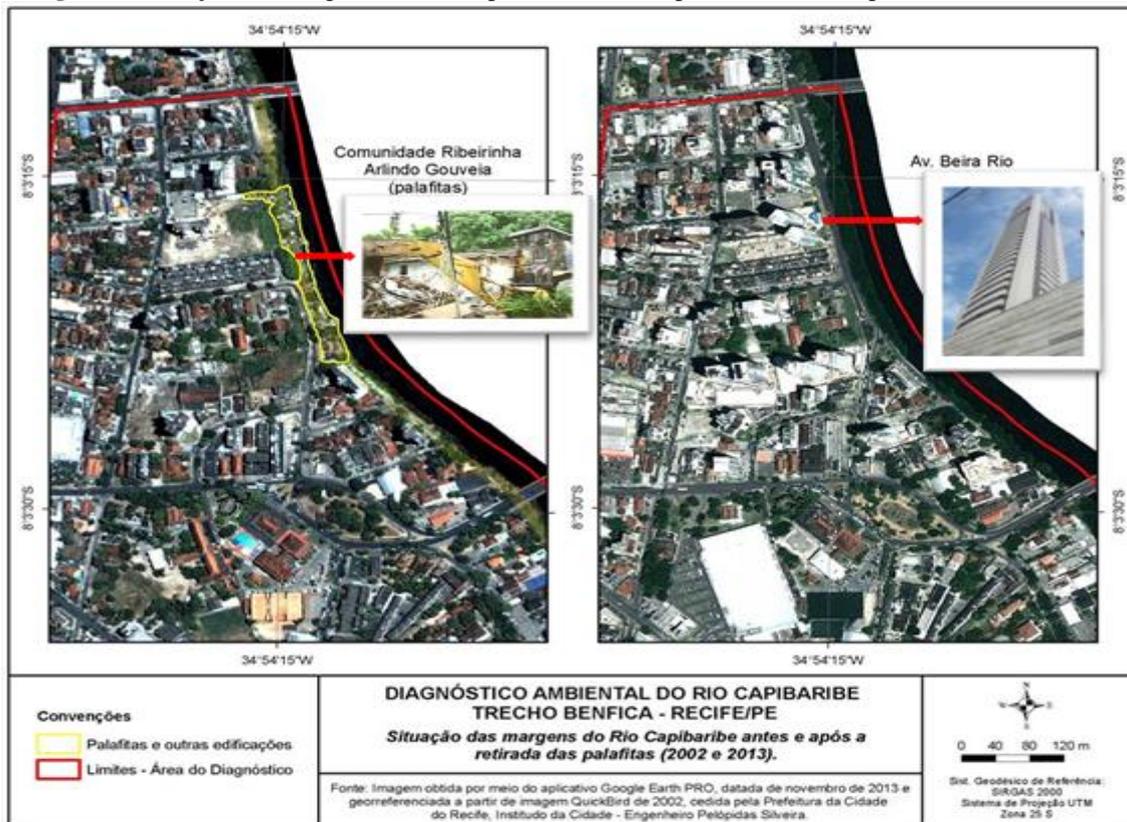


Figura 1. Situação das margens do Rio Capibaribe antes e após a retirada das palafitas, 2002 e 2013.



Fonte: Arquivo do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU), 2016.

Assim, com o intuito de sensibilizar, levantaram-se diversos questionamentos como: a supressão da história, dos trabalhadores, e do ambiente, quem ganha?, quem perde?, Desse modo, a prática pedagógica enquadrada na realidade situacional dos espaços vividos dos estudantes, por meio da contextualização de diversos pontos históricos e estratégicos da cidade de Recife e suas posteriores transformações geográficas, deixa-se em aberto o questionamento, que cidade desejamos? Abrindo o debate e discussão reflexiva na sala, na procura de alternativas de mudanças sociais e de visão crítica da cidade.

Discurso único e tentativa de homogeneização da Cidade-Empresa: “lógica do mercado” frente à “lógica da vida humana” no âmbito da situação de uma “guerra urbana”

A propagação dos discursos sobre a promoção dos espaços urbanos, a partir da “lógica do mercado”, faz ecoá-los aos ouvidos da sociedade civil por meio de benefícios diretos ou indiretos num território vivido, específico. Dentro dessa lógica, os projetos urbanos, ou, como aponta Ribeiro (2000), as experiências de intervenções urbanas são baseadas, muitas vezes,

no processo exclusivo de embelezamento das paisagens, esse condicionado pelos discursos de melhorias urbanas para a maioria da população.

Nessa conjuntura, Vainer (2014) afirma que os resultados das intervenções urbanas potencializam a (re)produção de cidades desiguais e segregadas, uma vez que as formas de gerenciar e planejar os espaços urbanos, protagonizados pelo Estado e/ou pelos agentes privados, contribuem para a presença de cenas urbanas contraditórias. Se por um lado, os modelos de gestão e de planejamento urbanos, na maioria dos casos, violam os vários direitos das populações dos territórios vividos, por outro lado, os mesmos indivíduos que sofrem com os modelos em questão, “lutam” e resistem, por intermédio de inúmeros mecanismos, para permanecerem em seus territórios vividos.

Em meio a essa “guerra urbana”, onde de um lado estão os modelos de gestão e planejamento urbanos financiados pelo crescente capital financeiro e, de outro, grande parte da população que vive em “territórios sem nome, as favelas e assentamentos populares do mundo urbano” (ROLNIK, 2015, p. 167), está a supressão de direitos, que são incompreendidos, especialmente, por parte do Estado, seja ele soberano ou de exceção.

Ao apresentar essas contradições “lógica do mercado” e “lógica da vida humana”, por meio de aulas expositivas, baseadas na técnica de perguntas aos estudantes do “vestibular solidário” (figura 2), procurou-se refletir sobre qual seria o projeto de cidade? para quem?, quais as possibilidades de vencer essa guerra urbana?, conjuntos habitacionais: quais as alternativas possíveis?. Criando-se um espaço para a reflexão de possíveis mudanças na cidade como lugar de encontros.



Figura 2. Atividades práticas Grupo MSEU.



Fonte: Arquivo do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU), 9-16 de agosto de 2016.

Nota: Vestibular solidário UFPE.

A respeito disso, para Edgar Morin, “enfrentar a dificuldade da compreensão humana exigiria o recurso não a ensinamentos separados, mas a uma pedagogia conjunta que agrupasse filósofo, psicólogo, sociólogo, historiador, escritor, que seria conjugada a uma iniciação à lucidez” (1999, p. 51). Assim, poder-se-ia dizer que a educação e a compreensão estão na base do diálogo, ou seja, na “lógica da vida humana”.

Edgar Morin (2002) defende os conhecimentos que compreendem a proximidades dos alunos com os seus contextos. Assim, no Ensino Fundamental, é de importância que os ensinamentos sejam integrais, adaptando todas as disciplinas, sendo estratégicas ao facilitarem que os conhecimentos sejam canalizados aos estudantes, contribuindo à formação de pessoas críticas.

Dentro das práticas do Grupo MSEU, por meio do eixo em questão, buscamos destacar aos estudantes as contradições da/cidade como “espaço nacional de economia internacional” dos imperativos dos interesses do mercado (por intermédio das ações do complexo comercial-imobiliário-financeiro, com o apoio do Estado) e, dessa forma, que nos encontramos em uma situação de “guerra urbana” que deve ser revertida por meio de atuações de maneira direta em seus respectivos territórios vividos. Além disso, instigá-los a refletir, de forma crítica, sobre alternativas ao processo de urbanização perverso a partir do seu lugar de origem.

Outras atividades a destacar do Grupo MSEU, para revalorizar o papel desempenhado pelos movimentos sociais no processo permanente de conquistas do "espaço do cidadão", é o acompanhamento nas atividades (assembleias, reuniões etc.) e os debates em comunidades

como ‘Josué de Castro’ e o ‘Coque’, refletindo sobre o modelo de cidade e a luta pelo direito à cidade (figura 3).

Figura 3. Atividades práticas Grupo MSEU.



Fonte: Arquivo do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU), anos 2012 e 2013.

Nota: À esquerda, a comunidade Josué de Castro (2012) e à direita, acompanhamento nas assembleias de moradores da ZEIS Coque (setembro e outubro do ano de 2013).

Também, são realizadas pelo MSEU outras atividades de aproximação dos problemas sociais (figura 4), espaço onde os pesquisadores confrontam a teoria-prática, por meio de debates e formulações críticas às políticas habitacionais de desenvolvimento comunitário em áreas de baixa renda, a exemplo de Saramandaia, localizada na Zona Norte da Cidade do Recife/PE.

Figura 4. Atividades práticas Grupo MSEU.



Fonte: Arquivo do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU), em 2015.

Nota: Pesquisa na localidade Saramandaia - Recife, (julho 2014)

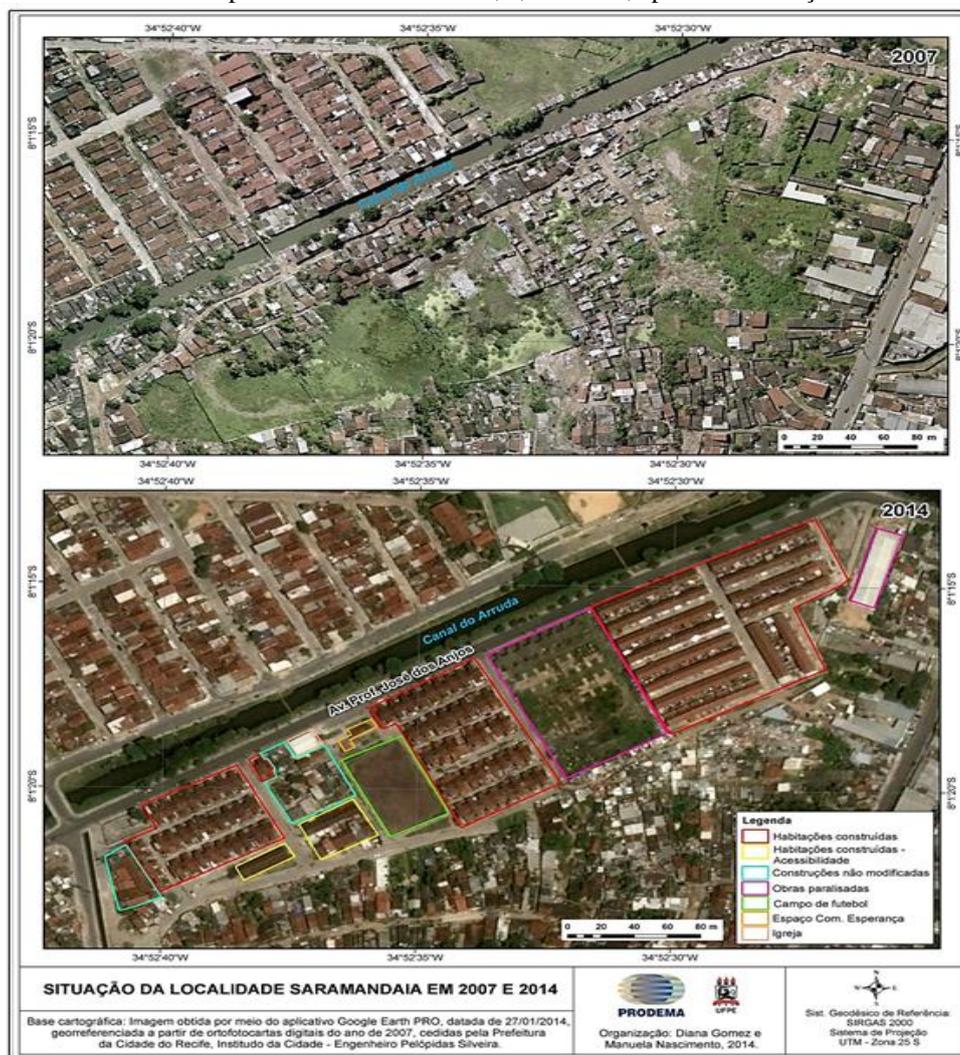
A localidade Saramandaia, no início do ano 2007, encontrava-se às margens do canal do Arruda (zona Norte do Recife/PE) em condições precárias de habitabilidade. Enquanto

isso, em meados de 2010, percebe-se um claro avanço, em termos físicos, com a implementação do Programa de Infraestrutura em Áreas de Baixa Renda da Região Metropolitana de Recife (PROMETRÓPOLE⁷), que realocou a localidade para conjuntos habitacionais construídos nos seus próprios territórios vividos, como se apresenta na figura 5. Essas transformações espaciais e as políticas de habitação foram espaços de debates tanto na academia como no MSEU (teoria-prática), na constante crítica do modelo de cidade e suas políticas em Recife e no Brasil.

⁷ O PROMETROPOLE apresenta como foco principal de atuação as áreas onde estão concentradas as comunidades pobres da RMR, inseridas na área da Bacia do Beberibe. Com isso, o Programa visa a promoção da melhoria nas condições de habitabilidade e de desenvolvimento comunitário dessas localidades, contribuindo, dessa maneira, para a redução da pobreza e para a melhoria da qualidade ambiental da RMR/PE. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/pr/sanear/prometropole.php>>, acesso em: julho 2016.



Figura 5. Localização de Saramandaia, Recife/PE. **Nota:** o mapa retrata a localidade, em 2007, antes de ser atendida pelo PROMETROPOLE, e, em 2015, após sua relocação.



No processo constante de aprendizagem, segundo Paulo Freire (1996):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 1996, p. 29).

Sendo importante a prática reflexiva, numa formação educativa crítica, os integrantes do MSEU, por meio de práticas ampliam os saberes, num processo de relação teoria – prática, formadora de pesquisadores críticos sujeitos produtores de saberes.

Considerações Finais



Mediante as práticas educativas reflexivas sobre o modelo de cidade, considera-se importante nos processos de lutas pelo direito à cidade, o papel dos movimentos sociais urbanos, que vai além das questões de militância em si, mas que perpassa a realidade urbana. No entanto, o acesso e o direito à cidade está em questão, os estudantes, inspirados pelas contribuições e pelas trocas de experiências em sala de aula, iniciaram um processo de visualização de seus territórios vividos por meio do conhecimento teórico e prático, pois as disputas travadas entre a “lógica do mercado” e a “lógica da vida humana” que resulta em espaços contraditórios em meio às “guerras urbanas” que existem e precisam ser refletidas pela sociedade civil.

Soma-se a isso o fato de que a atuação dos integrantes do Grupo MSEU está voltada para a criação de novas alternativas que viabilizem práticas, sejam educativas ou acadêmicas, em conjunto, no sentido de fortalecer o debate e a reflexão em torno da questão urbana. Nesse contexto, a sala de aula torna-se um espaço em que as experiências são (re)compartilhadas pelos agentes socioespaciais envolvidos no processo ensinar-aprender.

Dessa maneira, concordamos com Castilho (2015, p.14) ao afirmar que:

Destaca-se a escola porque esta instituição constitui um espaço em que se pode agir de maneira direta, visto que nele se pode exercer tarefas socialmente relevantes como as de professor, pesquisador e, ao mesmo tempo, intelectuais orgânicos⁴. Ademais, esse espaço social proporciona e viabiliza não somente o entendimento dos problemas inerentes à realidade territorial vivida pelos educandos, suas famílias e seus vizinhos no entorno da escola e na própria cidade, mas, ao mesmo tempo, a discussão e reflexão sobre possibilidades e perspectivas concretas de resolvê-los.

Portanto, independentemente do local a ser praticado, a função e o desafio no processo ensinar-aprender seriam, em primeiro plano, (re)construir o conhecimento por meio de questionamentos teóricos e empíricos, proveniente da possibilidade de compreender os fenômenos observados e sentidos pelos agentes socioespaciais nos territórios vividos. Sendo assim, podemos afirmar que a partir da prática educativa, fruto das experiências e das visões dos múltiplos agentes no meio científico, em sala de aula e nos locais frequentados, direcionada aos estudantes dos territórios vividos, resultou, mais uma vez, em contribuições teóricas e empíricas aos membros do Grupo MSEU, que identificaram que podemos (re)pensar a cidade de maneira ainda mais conjunta.

Referências bibliográficas



CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. - 1. ed. - São Paulo: Contexto, 2012, p. 53-73.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Diferente prática pedagógica (da Geografia), diferentes experiências de vida na sociedade. **Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, ano 02, v. 4, p. 11-27, jul./dez., 2015.

_____. Justiça Ambiental: uma tarefa difícil em contexto territorial do espaço do cidadão. **Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, ano 01, v. 5, p. 7-34, jul./dez., 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço** / David Harvey. - São Paulo: Annablume, 2005.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2002.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Faces ativas do urbano: mutações em um contexto de imobilismo**. In: Ana Clara Torres Ribeiro (org.). *Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores*. CLASCO (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais). – Buenos Aires, 2000.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças** / Raquel Rolnik. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2015.

SEIXAS, João. **A cidade na encruzilhada: repensar a cidade e a sua política**. Edições Afrontamento, 2014.

SEN, Amartya. Temas-chave do século XXI. In: SEN, Amartya e KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VAINER, Carlos. **Como serão nossas cidades após a Copa e as Olimpíadas?** In: Andrew Jennings (org.). *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?*. 1.ed. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014, p. 71-77.

